

[www.igepp.com.br](http://www.igepp.com.br)



**Equipe IGEPP online**

**Simulado  
BLOCO 07**

**Gestão Governamental e Administração  
Pública**

**CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO**  
*Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos (P2)*





**SIMULADO 07 DE ABRIL DE 2024**  
**CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO 2024**

**BLOCO 07 - GESTÃO GOVERNAMENTAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO**

- 1 - Este simulado conta com questões estilo Cesgranrio focadas no edital do EDITAL N.º 07/2024 - CPNU, 10 DE JANEIRO DE 2024
- 2 - A prova objetiva de Conhecimentos Específicos, de caráter eliminatório e classificatório, compreende 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, e foi elaborada de acordo com os conteúdos programáticos apresentados no Anexo IV do EDITAL N.º 07/2024 - CPNU, 10 DE JANEIRO DE 2024.
- 3 - Cada questão das Provas objetivas apresentará cinco alternativas (A; B; C; D e E) e uma única resposta correta.



## EIXO TEMÁTICO 1

1. Num cenário global em rápida alteração, um gestor buscou monitorar o macroambiente político-legal de sua organização. Para tanto ele deve identificar que:

(A) o maior crescimento populacional de camadas da população rural de menor renda no Brasil leva a maiores despesas com o custeio de serviços públicos geridos pelo Estado.

(B) o aumento da população carente no campo aumenta os fluxos migratórios para as cidades grandes, ou eleva a ocupação desordenada de áreas florestais ou de preservação.

(C) o aumento da taxa de crescimento da população eleva a distribuição das faixas etárias e sua composição étnica, os seus níveis de instrução e os seus arranjos familiares.

(D) o aumento de negócios realizados no ciberespaço demanda uma regulamentação mais rigorosa e exige que os profissionais conheçam as principais leis que protegem a concorrência, os consumidores e a sociedade.

(E) as novas soluções tecnológicas na área de saúde e os novos métodos de planejamento familiar auxiliam na redução do número de filhos por mulher nesses grupos.

2. Com base no entendimento do sistema de Gestão Estratégica e suas particularidades, assinale a alternativa CORRETA:

(A) A Gestão Estratégica refere-se apenas ao processo de estabelecimento de metas e objetivos para a organização.

(B) O Planejamento Estratégico é o documento final que sintetiza todos os processos e decisões tomadas ao longo da gestão.

(C) O Plano Estratégico é uma ferramenta gerencial e função básica administrativa que define missão, visão e valores da organização.

(D) A Gestão Estratégica é a área de conhecimento mais abrangente, focada no estudo das inter-relações organizacionais, enquanto o Planejamento Estratégico define os elementos básicos do planejamento e o Plano Estratégico é o resultado final deste processo.

(E) A Gestão Estratégica foi desenvolvida na década de 90, baseada nos estudos da Stanford Business School.

3. Com base no conceito da matriz SWOT, qual das alternativas abaixo descreve os componentes que representam os aspectos controláveis e incontroláveis pela organização?

(A) Controláveis: ameaças e oportunidades; Incontroláveis: forças e fraquezas.

(B) Controláveis: forças e fraquezas; Incontroláveis: ameaças e oportunidades.

(C) Controláveis: forças e ameaças; Incontroláveis: fraquezas e oportunidades.

(D) Controláveis: oportunidades e fraquezas; Incontroláveis: forças e ameaças.

(E) Controláveis: ameaças e forças; Incontroláveis: oportunidades e fraquezas.

4. Dentro da metodologia do Balanced Scorecard (BSC), o mapa estratégico tem como principal função:

(A) determinar os indicadores financeiros mais importantes.

(B) auxiliar na definição das metas anuais da organização.

(C) Definir as funções e responsabilidades dos líderes departamentais.

(D) representar visualmente a estratégia da organização, é um instrumento de comunicação.

(E) identificar os principais concorrentes da empresa no mercado.

5. Sobre a Metodologia de OKR (Objectives and Key Results), assinale a alternativa correta:

(A) É uma metodologia de gestão que pode ser compreendida, de modo simplificado, como uma fórmula para definir metas a partir de um objetivo e um conjunto de resultados-chave esperados.

(B) É uma metodologia de gestão de pessoas integradas exclusivamente em projetos de tecnologia.

(C) É uma metodologia de comunicação que combina canais digitais e analógicos.

(D) É uma metodologia de comunicação que só pode ser aplicada a projetos de pequeno porte de municípios com até 50 mil habitantes.

(E) É uma ferramenta de programação de computadores ideal para a produção de sites.

6. Dentro dos componentes de um indicador, qual deles se refere ao valor concreto que um indicador apresenta em um dado momento?

(A) Medida

- (B) Fórmula
- (C) Índice (número)
- (D) Padrão de comparação
- (E) Meta

7. Não pode ser considerada fase do ciclo de vida de um projeto o (a):

- (A) Organização e preparação.
- (B) Planejamento.
- (C) Encerramento.
- (D) Execução.
- (E) Monitoramento

8. Na análise dos níveis da cultura organizacional, considerando a proposta de Edgar Schein, os elementos mais superficiais e facilmente observáveis compreendem:

- (A) Artefatos, representando os símbolos tangíveis da cultura organizacional.
- (B) Normas compartilhadas, que ditam as regras formais de conduta.
- (C) Valores, refletindo as crenças fundamentais da organização.
- (D) Pressuposições, representando as suposições básicas e inconscientes.
- (E) Estratégias, orientando o planejamento de longo prazo da organização.

9. Qual das seguintes alternativas descreve corretamente as atuais abordagens na área de gestão de pessoas?

- (A) O foco está apenas nas necessidades básicas do indivíduo, como alimentação e segurança.
- (B) As abordagens ignoram as necessidades do ego e se concentram apenas no desempenho profissional.
- (C) A gestão de pessoas compreende o indivíduo como um ser complexo, considerando suas necessidades de desenvolvimento pessoal e autorrealização.
- (D) A gestão de pessoas é baseada exclusivamente na hierarquia e estrutura organizacional.
- (E) As abordagens na área de gestão de pessoas não levam em consideração as necessidades individuais.

10. Qual das alternativas melhor descreve a diferença entre a abordagem assistencialista e a

abordagem contra hegemônica na Qualidade de Vida no Trabalho (QVT)?

- (A) A abordagem assistencialista é preventiva, com foco na ergonomia da atividade, enquanto a abordagem contra hegemônica é compensatória, com ênfase na produtividade.
- (B) Ambas as abordagens são compensatórias, com ênfase na produtividade, mas diferem no foco individual da assistencialista e no viés preventivo da contra hegemônica.
- (C) A abordagem assistencialista e a abordagem contra hegemônica são ambas compensatórias, mas a assistencialista prioriza a ergonomia, enquanto a contra-hegemônica tem um foco individual.
- (D) A abordagem assistencialista é compensatória, com ênfase na produtividade, enquanto a abordagem contra hegemônica é preventiva, com foco na ergonomia da atividade.
- (E) A abordagem assistencialista é preventiva, com foco na ergonomia da atividade, e a abordagem contra hegemônica é compensatória, com ênfase na produtividade.

## EIXO TEMÁTICO 2

11. A cooperação no campo das políticas públicas no sistema federativo envolve ajustes de comportamento em direção às preferências uns dos outros, requerendo mecanismos de coordenação. Entre eles encontram-se:

- (A) Mecanismos de coordenação e controle que incluem órgãos de accountability horizontal que visem assegurar o cumprimento de determinações legais e o exercício de supervisão das políticas públicas.
- (B) Mecanismos de coordenação horizontal que incluem, dentre outros, os constrangimentos constitucionais e legais e incentivos financeiros à adesão a determinadas iniciativas do governo central.
- (C) Mecanismos de coordenação vertical que incluem convênios e consórcios públicos firmados tanto entre entes governamentais do mesmo nível quanto de níveis distintos.
- (D) Mecanismos mistos de coordenação intergovernamental que incluem, necessariamente, a cooperação simultânea em dimensão vertical e horizontal, tais como regionalização de políticas públicas e criação de regiões metropolitanas que envolvem estado e municípios.
- (E) Nenhuma das alternativas.

**12.** Nas atribuições das políticas públicas de gestão encontram-se atividades que envolvem diversas unidades e funções, como o planejamento, o orçamento, tecnologia, recursos humanos, entre outras. Caracteriza-se, portanto, como um dos desafios permanentes das políticas públicas de gestão e, em grande medida, como a atividade responsável por definir o sucesso ou insucesso de iniciativas de gestão de maior amplitude, o processo de coordenação governamental. As afirmativas abaixo apresentam várias concepções de Coordenação de Políticas Públicas (Coordenação intragovernamental), exceto:

(A) entende-se por coordenação técnico-política um conjunto de mecanismos e procedimentos destinados a compor ou articular as decisões e ações do conjunto de entes governamentais – políticos e burocratas – de maneira a obter resultados concertados, intercomplementares e consistentes; ou seja: não-erráticos, não-superpostos e não-contraditórios, que expressem e façam sentido em um projeto de longo prazo.

(B) a coordenação é tanto um processo que requer instrumentos técnicos para assegurar a eficiência e a eficácia através de alienações indispensáveis para o alcance dos objetivos particulares de cada caso; como um processo inevitavelmente tenso e conflituoso, que requer mecanismos políticos para manejar razoavelmente bem esses conflitos. A mistura de ambos os aspectos, técnico e político, é que permite obter congruência cognitiva e congruência operacional ao redor das políticas públicas.

(C) a coordenação intragovernamental decorre, por sua vez, de uma espécie de engenharia institucional que, de responsabilidade dos administradores públicos e privados, deve promover a combinação adequada entre os requisitos democráticos, expectativas e participação da sociedade civil, e de eficiência, comandada pelo mercado.

(D) o processo formal conduzido dentro do aparelho do Estado, mas que engloba ainda os componentes da consistência e da coerência, ou seja, a coordenação visa também a que os ocupantes dos diversos cargos do governo, independentemente de sua origem e de sua diversidade técnica ou política, compartilhem os objetivos do governo, e assim os mantém ao longo do tempo.

(E) entende-se por Coordenação Intragovernamental um processo formal de gestão da formulação e da

implementação de políticas públicas, executado por meio de mecanismos específicos, que promove o alinhamento de objetivos entre os atores políticos e a consecução técnico-administrativa dos objetivos acordados.

**13.** O Brasil procurou desenvolver, desde 2000, uma política de Governo Eletrônico. No início, essa política voltava-se à noção de governo aberto e à garantia de transparência de informações de governo em portais eletrônicos. Ao longo do caminho, com a revolução digital, o escopo ampliou-se para a noção de Governo Digital por meio da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital). Esse movimento acompanhou o movimento internacional de ampliação do conceito. Assim, atualmente, a noção de Governo Eletrônico se expande, abandonando a obrigatoriedade de apenas

(A) desenhar políticas públicas de Estado, enquanto soluções digitais, visando eficiência, efetividade e participação cidadã.

(B) disponibilizar dados nos sítios da internet em atendimento à legislação vigente, sendo o Estado um consumidor de tecnologia.

(C) introduzir tecnologias que estruturem um ecossistema de processos e serviços, transformando a economia.

(D) recriar modelos rápidos e convenientes para os serviços públicos, aproximando o Estado do cidadão.

(E) promover infraestrutura para transformação digital da economia, estando o Estado na condição de protagonista.

**14.** Em 2008, a Organização das Nações Unidas publicou um relatório sobre a evolução do governo eletrônico (In: UN e-government survey: from e-government to connected governance. New York: United Nations, 2008). Considere os seguintes estágios da evolução do governo eletrônico:

I. Governos disponibilizam serviços online, como download de formulários, para pagamento de taxas.

II. Governos introduzem mecanismos de interação entre cidadãos e governo, nos quais a transação é online.

III. Lançamento de websites oficiais de órgãos públicos com informações básicas e estáticas.

IV. Governos apresentam informações sobre políticas públicas e governança por meio de links com arquivos acessíveis aos cidadãos, como leis e relatórios.

V. Governos tornam-se entidades conectadas que respondem às demandas dos cidadãos por meio de um escritório de desenvolvimento integrado.

Os estágios estão ordenados de forma crescente, do estágio mais simples ao mais complexo, em

- A) IV - III - V - II - I
- B) III - IV - II - I - V
- C) IV - III - I - II - V
- D) III - IV - I - II - V
- E) V - III - IV - I - II

**15.** Nos últimos anos, tem-se verificado uma crescente demanda dos cidadãos e de movimentos da sociedade organizada por uma maior transparência na atuação da Administração pública. Nesse cenário, alguns paradigmas foram sendo estabelecidos, entre eles, a aplicação do conceito de

- A) excelência, consistente na supressão de atividades-meio, focando a atuação administrativa no atendimento direto ao cidadão.
- B) benchmarking, consistente na redução de etapas e níveis hierárquicos para obtenção de informações pelos cidadãos.
- C) downsizing, consistente na aplicação de indicadores de mercado para cobrança de resultados das ações públicas.
- D) accountability, que diz respeito à responsividade, com obrigação de prestar contas pelos atos praticados e resultados obtidos.
- E) governança, que é a capacidade do poder público de se comunicar com o cidadão de forma amigável.

**16.** A política de governo eletrônico está baseada em normas que priorizam a cidadania. Assinale a alternativa que apresenta os fundamentos dessas normas.

- A) Eficiência da gestão interna, integração com parceiros e fornecedores e atendimento aos cidadãos.
- B) Gestão do conhecimento, melhoria da gestão externa e atendimento aos clientes.
- C) Melhoria da gestão interna e externa, foco na burocracia e formalismo processual
- D) Necessidade de atualização com o mundo moderno, estrutura verticalizada e atendimento aos clientes.
- E) Aperfeiçoamento da sistemática processual, estrutura hierarquizada e foco na gestão do conhecimento.

**17.** Os princípios da responsabilidade social considerados na Norma ISO 26000, dentre outras diretrizes, apontam que convém que a organização preste contas e se responsabilize por seus impactos na sociedade, na economia e no meio ambiente. Isso está relacionado ao princípio

- (A) da Transparência
- (B) da *Accountability*
- (C) do Estado de Direito
- (D) dos *Stakeholders*
- (E) das Partes interessadas

**18.** O conceito de accountability tem estreita correspondência com o de responsabilidade social, um dos fundamentos das relações públicas comunitárias. Nesse sentido, para uma organização ser considerada *accountable*, ela deve

- (A) permitir livre acesso aos resultados de suas ações, sejam eles de impactos positivos ou negativos para a organização
- (B) conquistar a anuência da opinião pública, a partir da publicação de balanços sociais que mostrem suas ações cidadãs.
- (C) justificar as decisões tomadas, a partir de projetos pontuais de apoio financeiro às comunidades carentes.
- (D) concentrar seus investimentos na maximização dos resultados operacionais, para evitar ser reconhecida somente como um modelo de responsabilidade moral.
- (E) estimular ações de responsabilidade social como instrumentos de ganhos mercadológicos e de imagem

institucional, aplicando práticas responsáveis como fazem os concorrentes do seu setor.

**19.** Uma das maneiras de exercer a cidadania é realizando o controle social, que pode ser desempenhado por intermédio de

- (A) auditorias.
- (B) agências executivas.
- (C) assembleias legislativas.
- (D) sistemas de controle interno.
- (E) conselhos gestores de políticas públicas.

**20.** Com relação aos processos participativos de gestão pública, assinale a opção correta.

A) A dificuldade de a administração pública viabilizar soluções para problemas sociais diversos é um fator que justifica a abertura da participação social, a formação de coalizações com segmentos da sociedade e(ou) o estabelecimento de parcerias que culminem na implantação de políticas que atendam às demandas públicas.

B) O sucesso do orçamento participativo depende de os recursos públicos serem aplicados no que for considerado prioridade pelas entidades representativas dos segmentos sociais, independentemente da capacidade de organização da sociedade.

C) Os conselhos gestores, de natureza deliberativa e consultiva, representam a concreta participação da sociedade na formulação e execução de políticas públicas, motivo por que devem ser integralmente compostos de representantes da sociedade civil.

D) O empreendedorismo governamental é um modelo de administração pública fundamentado no estabelecimento de objetivos e metas que visem à qualidade do serviço prestado pelos entes públicos, com avaliação permanente de resultados, sem transferência de poder aos cidadãos e sem sua participação, em razão da responsabilidade institucional prevista no modelo.

E) Os entes da Federação devem disponibilizar, no mínimo, 10% de seus recursos para a aplicação em programas de investimento definidos em decisão participativa e em audiências públicas.

### EIXO TEMÁTICO 3

**21.** No debate das políticas públicas, um dos pontos polêmicos diz respeito à possibilidade de as políticas obedecerem a um ciclo, iniciado com a formação de agenda e encerrado com a avaliação. Embora muitos afirmem que o “ciclo de política pública” seria apenas um recurso analítico, frequentemente observa-se em vários textos algo como que a expectativa de sequência encadeada de eventos na produção das políticas públicas. Sobre este tema, assinale a alternativa CORRETA:

(A) O ciclo das políticas públicas inicia-se pela construção da agenda, que expressa a incorporação de uma demanda na lista de prioridades da sociedade, reconhecidas pelo poder público.

(B) A formulação, onde predomina a abordagem técnica, consiste em identificar e delimitar um problema atual ou potencial, levantar as possíveis alternativas para sua solução, avaliar os custos e benefícios de cada uma delas e definir as prioridades

(C) A implementação, fortemente baseada em critérios políticos, inclui a seleção e especificação da alternativa mais conveniente, seguida de uma declaração que explicita a decisão adotada, definindo seus objetivos e seu marco jurídico, administrativo e financeiro

(D) A execução, constituída pelo planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos para executar uma política, envolve a elaboração de todos os planos, programas e projetos e o recrutamento e o treinamento dos que irão executar a política.

(E) A avaliação, é o processo sistemático de supervisão da execução (...) a fim de assegurar a consecução dos objetivos estabelecidos, bem como a mensuração e análise dos efeitos produzidos na sociedade pela política públicas.

**22.** Estudo recente sobre a implementação do Programa Bolsa Família mostra que podem existir, entre funcionários responsáveis pelo benefício, no âmbito local, concepções de que as beneficiárias estariam sendo acomodadas e preguiçosas. Estas, por sua vez, percebem tais funcionários como autoritários e preconceituosos e desconfiam que nem sempre atuem de maneira favorável aos seus direitos. Tais atitudes, que afetam sobremaneira a implementação de programas sociais no nível local, já foram descritas na

literatura, chegando a originar importante elaboração teórica. Assinale abaixo o conceito correspondente:

- (A) Implementação bottom-up
- (B) burocracia de nível de rua
- (C) coalizões de defesa
- (D) empreendedores de políticas
- (E) atores invisíveis

**23.** As vicissitudes da implementação de programas governamentais têm sido entendidas como uma das dimensões cruciais – senão a variável central – para a explicação do insucesso dos governos em atingir os objetivos estabelecidos no desenho das políticas públicas.

(...) problemas não antecipados que surgem durante a implementação de programas ou políticas podem representar obstáculos intransponíveis, os quais por sua vez, podem levar as agências responsáveis a descontinuí-los”.

(Pedro L. B. SILVA e Marcus A. B. MELO. O Processo de Implementação de Políticas Públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. UNICAMP. 2000, p. 3.)

Assinale, entre os problemas abaixo, o que não diz respeito à implementação:

- (A) conflitos de coordenação e cooperação intergovernamentais;
- (B) conflitos interjurisdicionais entre órgãos e entidades ou conflitos interorganizacionais;
- (C) falhas de diagnóstico e ambiguidade dos objetivos da política pública;
- (D) insuficiência de recursos e/ou dificuldades de acesso aos recursos financeiros;
- (E) falta de apoio da classe política e da opinião pública à política pública.

**24.** Um dos grandes debates sobre a formulação e decisão das políticas públicas, refere-se ao peso da racionalidade versus o peso das relações de poder. À luz desse debate, relacione as duas colunas e marque a sequência correta.

1-Os atores políticos são inúmeros e variam segundo cada tipo de política pública no qual estão envolvidos. Cada ator político pode exibir lógicas próprias de comportamento, interesses próprios, informação e recursos de poder próprios, além de ter diferentes habilidades no uso desses recursos e estar disposto a

estabelecer diferentes tipos de alianças em benefício dos seus interesses.

2-Na política e nas políticas públicas, os atores possuem interesses a realizar; e é razoável supor que o fazem mediante a escolha de meios adequados à consecução das suas preferências (finalidades).

3-A capacidade humana para processar problemas e informações é limitada, a informação quase sempre é incompleta e até incorreta; a análise das alternativas exige tempo e esforço e não há um método eficaz para comparar alternativas; os valores também pesam na elaboração das políticas públicas

4-Aqueles que controlam certas posições podem invocar regras, procedimentos ou valores para bloquear questões indesejáveis, por exemplo: o encaminhamento de questões a comissões para estudo mais detalhado; a rotulação de demandas como “impatrióticas” ou “imorais”.

5-Analisando ao mesmo tempo fatos e valores e meios e fins, em vez de primeiramente especificar os objetivos para só depois comparar e escolher as alternativas que levariam àqueles objetivos, o decisor pode escolher mediante comparações entre políticas, segundo o grau em que cada uma delas possivelmente conduza a alguma mudança na política pública. E assim seleciona uma proposta de policy em torno da qual seja viável um acordo entre os interesses e poderes envolvidos na decisão.

- ( 4 ) Não decisão
- ( 3 ) Racionalidade limitada
- ( 5 ) Decisão Incremental
- ( 2 ) Escolha racional
- ( 1 ) Concepção pluralista

- (A) 4-2-5-3-1
- (B) 4-3-5-2-1
- (C) 3-4-5-2-1
- (D) 2-3-5-4-1
- (E) 5-3-4-1-2

**25.** No dizer da Casa Civil, a avaliação ex post permite levantar evidências sobre o desempenho da política pública, sendo uma ferramenta fundamental para orientar a tomada de decisão durante – ou após – a execução da mesma. Avalie as alternativas abaixo, indicando se são Falsas ou Verdadeiras e assinale a sequência correta.

( ) O Monitoramento corresponde à avaliação de processo, pois ocorre ao longo da implementação - o exame contínuo dos processos, produtos, resultados e impactos das ações realizadas - realizado pelo próprio órgão responsável pela política pública.

( ) A Avaliação Executiva focaliza especificamente a gestão e implementação de uma política pública bem como seus pontos de aprimoramento e apontar a necessidade de eventual avaliação mais aprofundada de tópicos específicos.

( ) Avaliação de Desenho da Política compreende a revisão da teoria do programa, verificando a sua consistência e lógica, ou coerência interna a fim de averiguar a possibilidade de erros ou falhas no desenho e propor mudanças a fim de superá-los.

( ) Avaliação da Implementação, que se baseia na técnica de gestão de riscos, tem como objetivo verificar se a política é executada conforme o seu desenho, identificando se os elos entre os insumos, os processos e os produtos estão condizentes com o esperado, ou mesmo se podem ser aprimorados.

(A)V-F-V-F-

(B) F-F-V-V

(C)F-V-F-V

(D)F-F-V-F

(E)V-F-V-V

**26.** A maioria das pessoas que passam fome no Brasil vive nos centros urbanos. Equipamentos como cozinhas solidárias, bancos de alimentos e restaurantes comunitários são um reforço para garantir a segurança alimentar dessas pessoas mais vulneráveis.

Pensando nisso, o Projeto de Lei que cria o novo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sancionado em 20.07.2023, pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, tem como uma de suas novidades o Programa Nacional de Cozinhas Solidárias.

Se de um lado o PAA tem como objetivo ampliar o acesso à alimentação saudável e incentivar a produção local, promovendo o desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais, do outro, o Programa Nacional de Cozinhas Solidárias funcionará como uma ferramenta para que esses alimentos cheguem a quem mais precisa. Pela iniciativa, sempre que possível, um mínimo de 30% de recursos utilizados na aquisição de alimentos será de pequenos agricultores.

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) também está mapeando as redes de restaurantes comunitários, cozinhas solidárias, bancos de alimentos, equipamentos de recepção e distribuição de alimentos de uma forma geral. Uma pesquisa destinada aos municípios tem como objetivo localizar os equipamentos para que eles possam ser apoiados pelo ministério.

Fonte: Assessoria de Comunicação — MDS

Uma fase crucial no curso desse novo programa de governo será a avaliação de seu impacto na sociedade. Nesse contexto, conforme orientações de manuais e guias oficiais de melhores práticas para aplicação de indicadores na Gestão Pública, a avaliação de impacto de um programa ou de uma política:

(A) é desenhada sempre durante a implementação do programa.

(B) é feita usualmente pela equipe gestora do programa.

(C) tem sua temporalidade contínua.

(D) traz sobretudo evidências descritivas.

(E) traz evidências de que as mudanças foram provocadas pelo programa ou pela política.

**27.** A seleção de casos em pesquisa qualitativa não é uma tarefa que se limita ao acaso ou à conveniência; é uma decisão metodológica estratégica que fundamenta a profundidade e a validade dos insights gerados. Diferentemente dos métodos quantitativos, que frequentemente buscam a representatividade estatística através de grandes amostras, a pesquisa qualitativa procura compreender fenômenos complexos em contextos específicos, valorizando a riqueza dos detalhes e a singularidade das experiências. Diante da complexidade inerente aos estudos sociais, culturais e humanos, qual dos seguintes critérios é mais relevante na seleção de casos para uma pesquisa qualitativa que visa explorar as práticas sustentáveis adotadas por pequenos agricultores em uma região específica?

(A) A seleção de casos que representem exclusivamente as práticas mais bem-sucedidas de agricultura sustentável, para promover modelos de sucesso.

(B) A escolha de casos baseada unicamente na facilidade de acesso e na disponibilidade dos participantes, visando a conveniência da coleta de dados.

(C) A preferência por casos que ofereçam a maior variedade possível de práticas sustentáveis, incluindo tanto sucessos quanto desafios enfrentados pelos agricultores.

(D) A limitação da seleção a casos que já foram amplamente estudados em pesquisas anteriores, para facilitar a comparação de resultados.

(E) A escolha de casos com base em critérios pré-definidos de tamanho da propriedade e volume de produção, independentemente das práticas sustentáveis adotadas.

**28.** A elaboração de roteiros, guias e manuais de entrevista constitui uma etapa determinante no processo de pesquisa qualitativa. Estes instrumentos não apenas estruturam a coleta de dados, mas também orientam o pesquisador a navegar pelas conversas com profundidade e flexibilidade, garantindo que temas importantes sejam explorados sem restringir a fluidez do diálogo. Considerando a importância desses instrumentos na qualidade e no alcance dos dados coletados, qual dos seguintes aspectos deve ser priorizado na elaboração de um roteiro de entrevista destinado a investigar as percepções de jovens sobre mudanças climáticas?

(A) Focar em perguntas fechadas para garantir respostas diretas e facilmente quantificáveis.

(B) Desenvolver perguntas que encorajem os entrevistados a refletir e compartilhar suas experiências pessoais e opiniões.

(C) Limitar o roteiro a tópicos que o pesquisador considera relevante, evitando desvios para interesses dos participantes.

(D) Utilizar uma linguagem formal e técnica para assegurar que as perguntas sejam percebidas com seriedade.

(E) Evitar perguntas que possam gerar discussões emocionais ou pessoais, mantendo a objetividade da coleta de dados.

**29.** No coração da análise de pesquisa qualitativa, a codificação de dados serve como uma ponte entre a coleta de dados brutos e a sua interpretação significativa. Este processo meticuloso de

categorização e taxonomia não é apenas uma tarefa de organizar dados em grupos nomeáveis, mas uma empreitada analítica que destila padrões, temas e relações complexas a partir de narrativas detalhadas. Através da codificação, pesquisadores são capazes de construir um esqueleto conceitual que suporta a carne das suas descobertas, facilitando insights profundos sobre o fenômeno estudado. Dada a importância da construção de categorias e taxonomias robustas na análise de dados qualitativos, qual dos seguintes aspectos é mais crítico para garantir a confiabilidade e a validade da codificação em um estudo que explora as experiências de integração de imigrantes em comunidades urbanas?

(A) A criação de um número máximo de categorias para cobrir todas as possíveis variações dos dados.

(B) O desenvolvimento de categorias exclusivamente dedutivas, baseadas estritamente em literatura pré-existente.

(C) A utilização de um único codificador para manter a consistência na aplicação das categorias.

(D) A flexibilidade para ajustar categorias e taxonomias à medida que novos temas emergem da análise dos dados.

(E) A determinação de categorias e taxonomias antes da coleta de dados, para direcionar o foco da pesquisa.

**30.** A codificação de dados é uma etapa fundamental na análise de pesquisa qualitativa, permitindo a organização e a interpretação de dados complexos. Este processo envolve a identificação de temas, padrões e categorias emergentes dos dados. Qual aspecto é essencial para garantir a confiabilidade e a validade na codificação de dados qualitativos coletados de entrevistas sobre bem-estar em comunidades rurais?

(A) Codificar os dados em uma única etapa para garantir consistência.

(B) Aplicar um conjunto fixo de códigos, sem permitir ajustes ou adições.

(C) Envolver múltiplos codificadores e realizar uma comparação inter-codificador para identificar e resolver discrepâncias.

(D) Evitar revisões no esquema de codificação uma vez que a codificação tenha começado.

(E) Basear a codificação exclusivamente em teorias existentes, sem incorporar novos temas emergentes dos dados.

#### EIXO TEMÁTICO 4

**31.** O orçamento público é uma ferramenta fundamental na gestão de um país, estado ou município. Ele reflete as prioridades e as estratégias do governo em relação à alocação de recursos. Ao observar o orçamento, pode-se entender para onde estão indo os recursos públicos e quais áreas ou setores o governo considera mais prioritários. No tocante às dimensões do orçamento público, pode-se afirmar que, através da dimensão:

- (A) Econômica, estabelece o fluxo de entrada de recursos advindos da arrecadação de tributos e da saída de recursos em virtude dos gastos governamentais;
- (B) Gerencial, ilustra o confronto entre as variadas correntes políticas existentes na comunidade;
- (C) De Planejamento, administra, controla e avalia os recursos utilizados;
- (D) Financeira, estabelece instrumento para cumprimento das funções econômicas do Estado;
- (E) Jurídica, aprova lei formal pelo Poder Legislativo.

**32.** O conceito e a aplicação do orçamento público têm se transformado ao longo da trajetória social. Surgindo primeiro na Inglaterra, o orçamento era uma ferramenta para que o Poder Legislativo monitorasse os gastos do Executivo, uma vitória da burguesia contra o absolutismo. O orçamento tradicional:

- (A) Preocupava-se com questões além das tributárias, como, por exemplo, questões de cunho econômico;
- (B) Era uma peça apenas para controle dos gastos públicos;
- (C) Destinava os gastos governamentais ao cumprimento de metas preestabelecidas, a fim de alcançar resultados específicos;
- (D) Classificava as despesas de diferentes formas, já que seu foco era além do objeto do gasto;
- (E) Apresentava o programa de trabalho, além do objeto do gasto.

**33.** Os princípios orçamentários servem como diretrizes fundamentais na formulação e na implementação da lei orçamentária. A afirmativa de que o orçamento deve ser claro e compreensível por qualquer indivíduo, sendo apresentado em linguagem compreensível por todos os que queiram ou precisem acompanhar o orçamento está diretamente relacionada ao princípio da:

- (A) Especificação;
- (B) Exatidão;
- (C) Publicidade;
- (D) Inteligibilidade;
- (E) Discriminação.

**34.** Os princípios orçamentários são mais do que simples regras, são alicerces estabelecidos tanto pela Constituição quanto por outras normativas, assim como é respaldado pela doutrina. Eles precisam ser estritamente seguidos em todas as fases do ciclo orçamentário, que engloba o planejamento, a execução e o controle do Orçamento Público, sendo aplicados por todos os poderes e níveis de governo. Sobre este tema, é correto afirmar que:

- (A) De acordo com o princípio da unidade, a lei orçamentária anual não pode conter dispositivo estranho à fixação das despesas e à previsão das receitas;
- (B) A maneira em que ocorre a destinação de recursos à educação e à saúde pode ser vista como exceção ao princípio orçamentário da não vinculação;
- (C) Em consonância ao princípio da uniformidade, os entes federativos devem classificar as despesas de forma igual, a fim de possibilitar a comparação entre orçamentos;
- (D) O princípio da unidade orçamentária defende a existência de um caixa único do Tesouro Nacional;
- (E) Conforme determina o princípio da publicidade, caso o ente não disponha de Diário Oficial, o orçamento público deve ser publicado no sítio oficial do ente federativo.

**35.** O objetivo principal dos princípios orçamentários é trazer uniformidade e coerência ao sistema orçamentário. Eles atuam como um guia, garantindo que o processo orçamentário siga um padrão ordenado e eficiente, evitando discrepâncias e incongruências. No tocante aos princípios orçamentários, pode-se afirmar que:

- (A) Em virtude do princípio da universalidade, a lei orçamentária anual poderá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação de despesa;
- (B) De acordo com o princípio da universalidade, a lei orçamentária anual poderá conter dispositivo criando tributos ou novos cargos na Administração Pública;
- (C) Como exceção ao princípio da não vinculação ou da não afetação da receita de impostos, encontra-se a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com ela;

(D) Em obediência ao princípio da exclusividade, a inclusão, na lei orçamentária anual, de autorização para contratação de operação de crédito é vedada;

(E) O princípio orçamentário da universalidade defende que o orçamento deve conter todas as receitas e todas as despesas do Estado, incluindo toda a administração direta e indireta.

**36.** Os princípios orçamentários atuam como pilares fundamentais, definidos tanto por normas constitucionais quanto infraconstitucionais, bem como sustentados pela doutrina. Eles orientam todas as etapas do ciclo orçamentário, desde o planejamento até a execução e supervisão do Orçamento Público, e são aplicáveis a cada poder em todos os níveis federativos. Sobre princípios orçamentários, é correto afirmar que:

(A) De acordo com o princípio da publicidade, é obrigatória a publicação dos relatórios de gestão fiscal a cada três meses, a fim de que os cidadãos possam acompanhar e fiscalizar o que tem sido realizado pelos entes;

(B) Em conformidade ao princípio da unidade, a lei orçamentária anual, com algumas ressalvas, não deverá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa;

(C) O princípio da equilíbrio estabelece que o valor da despesa fixada no orçamento não poderá ser superior ao das receitas previstas;

(D) Segundo o princípio da totalidade, a lei orçamentária anual de cada ente federado deverá evidenciar, a cada exercício financeiro, todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

(E) Em obediência ao princípio da unidade, o orçamento deve ser aprovado para valer em um período certo de tempo, ou seja, dentro do exercício financeiro.

**37.** Todas as parcelas de receitas e despesas devem ser integralmente programadas no orçamento, sendo vedadas deduções. Esta afirmativa diz respeito ao princípio do(a):

(A) Universalidade;

(B) Não afetação;

(C) Programação;

(D) Unidade;

(E) Orçamento bruto.

**38.** Essencialmente, os princípios orçamentários têm como propósito conferir uma uniformidade ao sistema orçamentário. Ao estabelecer um padrão, eles garantem uma condução mais coesa e eficaz de todo o processo financeiro, assegurando que as práticas orçamentárias sejam consistentes e alinhadas em todo o espectro governamental. A afirmativa de que a receita orçamentária de impostos, salvo casos específicos, não pode ser vinculada a órgãos ou fundos se refere ao princípio da:

(A) Não-afetação das receitas;

(B) Unidade;

(C) Orçamento bruto;

(D) Exclusividade;

(E) Especificação.

**39.** Com relação às etapas das Receitas Públicas, assinale a alternativa correta:

(A) As etapas das Receitas Públicas são previsão, planejamento, lançamento e arrecadação.

(B) O Planejamento de receitas é a etapa que sucede à fixação do montante de despesas que irá constar nas leis de orçamento, além de ser consequência do montante das necessidades de financiamento do governo.

(C) Arrecadação corresponde à entrega dos recursos devidos ao governo pelos contribuintes ou devedores por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas.

(D) Lançamento consiste na transferência dos valores arrecadados à conta específica do governo, responsável pela administração e controle da arrecadação e pela programação financeira.

(E) Os estágios da receita correspondem às etapas percorridas pelos órgãos e repartições encarregados de sua execução. Assim, quando o Poder Executivo reconhece a procedência do crédito fiscal e identifica o contribuinte que lhe é devedor, ocorre o seguinte estágio da receita denominado de arrecadação.

**40.** As despesas governamentais com fornecimento de energia elétrica para determinado unidade orçamentária deverão ser objeto de empenho:

(A) Global

(B) Extraordinário

(C) por estimativa

(D) Ordinário

(E) Específico.

## EIXO TEMÁTICO 5

**41.** Qual dos seguintes elementos NÃO é considerado um princípio fundamental da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)?

- (A) Transparência ativa
- (B) Máxima divulgação
- (C) Sigilo como regra
- (D) Controle social
- (E) Acesso facilitado

**42.** Sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assinale a alternativa que corretamente descreve o princípio da responsabilização e prestação de contas:

- (A) O tratamento de dados deve garantir a segurança dos dados pessoais desde a concepção.
- (B) Os dados pessoais devem ser coletados para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.
- (C) O agente de tratamento deve demonstrar a adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a conformidade com as normas de proteção de dados.
- (D) O tratamento de dados deve ser realizado de forma a garantir a proteção da privacidade do titular.
- (E) Dados pessoais sensíveis devem receber um grau de proteção ainda maior.

**43.** A comunicação em mídias digitais transformou a interação entre as organizações e seus públicos. Qual dos seguintes aspectos NÃO é considerado um benefício direto dessa transformação?

- (A) Maior alcance de público
- (B) Comunicação bidirecional
- (C) Aumento da transparência
- (D) Redução da necessidade de feedback
- (E) Personalização da comunicação

**44.** Qual das seguintes opções melhor descreve a diferença entre transparência ativa e passiva na Lei de Acesso à Informação?

- (A) Transparência ativa refere-se à obrigatoriedade de divulgação de informações sem solicitação, enquanto a

transparência passiva depende de um pedido formal do cidadão.

(B) Transparência ativa é a publicação de dados abertos, e transparência passiva é a disponibilização de informações sob sigilo.

(C) Transparência passiva permite aos órgãos públicos escolher quais informações serão divulgadas, enquanto a ativa exige a divulgação de todas as informações.

(D) A transparência ativa é realizada através das mídias sociais, enquanto a transparência passiva se dá por meio dos portais oficiais de transparência.

(E) Transparência passiva ocorre apenas em anos eleitorais, enquanto a transparência ativa é contínua

**45.** Assinale a opção que NÃO corresponde a um princípio dos dados abertos:

- (A) Completude
- (B) Acessibilidade
- (C) Restrição de licença
- (D) Legibilidade por máquina
- (E) Atualização periódica

**46.** Na LGPD, qual das seguintes afirmativas melhor descreve a função do operador de dados?

- (A) Decide sobre o tratamento de dados pessoais.
- (B) É responsável por garantir a segurança das informações.
- (C) Realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
- (D) Define as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais.
- (E) É o titular dos dados pessoais

**47.** Sobre os aspectos internacionais da LGPD, é correto afirmar que:

- (A) A transferência internacional de dados só é permitida para países que não oferecem proteção de dados pessoais.
- (B) O consentimento do titular dos dados é suficiente para qualquer transferência internacional de dados.
- (C) A LGPD proíbe qualquer transferência de dados pessoais para organizações internacionais.

(D) As transferências internacionais de dados exigem níveis adequados de proteção de dados ou garantias específicas.

(E) A LGPD permite transferências internacionais de dados apenas entre empresas do mesmo grupo econômico.

**48.** A evolução da comunicação em mídias digitais tem impacto direto na gestão da informação. Qual das seguintes opções NÃO é uma consequência dessa evolução?

(A) Ampliação do acesso à informação.

(B) Diminuição da relevância das fontes tradicionais de informação.

(C) Aumento da dificuldade em discernir entre informações verdadeiras e falsas.

(D) Redução da participação pública nos processos democráticos.

(E) Maior capacidade de segmentação e personalização da comunicação.

**49.** Considerando a ética na produção de conteúdo com inteligência artificial generativa, qual das seguintes afirmativas é VERDADEIRA?

(A) A utilização de IA para criar conteúdo isenta o criador de qualquer responsabilidade ética ou legal sobre o conteúdo gerado.

(B) É ético usar IA generativa para produzir conteúdo sem informar os usuários sobre sua origem.

(C) A transparência sobre o uso de IA na criação de conteúdo é fundamental para manter a integridade e a confiança do público.

(D) Conteúdos gerados por IA não necessitam de revisão ética, uma vez que a máquina segue algoritmos neutros.

(E) As regulamentações atuais abordam de forma adequada todas as questões éticas relacionadas à criação de conteúdo por IA.

**50.** De acordo com a LGPD, qual das seguintes medidas NÃO é considerada adequada para a proteção de dados pessoais?

(A) Anonimização dos dados pessoais.

(B) Criptografia de dados sensíveis.

(C) Venda de dados para terceiros sem consentimento específico do titular.

(D) Auditorias regulares para verificar a conformidade com a lei.

(E) Políticas de privacidade claras e acessíveis ao titular dos dados